

PROJETO DE LEI N.º 183, DE 2024

(Do Sr. Evair Vieira de Melo)

Institui o passaporte equestre.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;
AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO
DESENVOLVIMENTO RURAL;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

F

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Institui o passaporte equestre.

O Congresso Nacional decreta:

- **Art. 1º** Fica instituído o Passaporte Equestre, com o objetivo de regular o trânsito de equinos, asininos e muares em todo o território nacional.
- **Art. 2º** Quando o trânsito dos animais tiver finalidade exclusivamente cultural, desportiva, de lazer, turística, de trabalho rural, de policiamento ou de auxílio em atividades terapêuticas, o Passaporte Equestre será considerado documento oficial de controle, equivalente à Guia de Transporte Animal (GTA), substituindo quaisquer outros documentos sanitários ou fiscais.
- **Art. 3º** O Passaporte será emitido para equídeos em conformidade com a legislação sanitária vigente, de estabelecimentos ou proprietários nele cadastrados.
- § 1º O Passaporte Equestre será individualizado e conterá informações detalhadas do animal, incluindo identificação, registro genealógico, dados do proprietário, atestados clínicos e exames sanitários.
- § 2º As informações contidas no Passaporte Equestre serão atestadas por médico veterinário credenciado pelo órgão federal competente.
- Art. 4º Será implementado sistema digital nacional para o gerenciamento do Passaporte Equestre, permitindo acesso e atualização eficiente das informações.
- **Art. 5º** Passaporte será emitido em formato padronizado, tanto em papel moeda com marca d'água quanto em formato eletrônico por Órgão de Vigilância Sanitária Estadual.
- **Art. 6º** O Passaporte Equestre terá validade de 1 (um) ano, condicionada à validade das vacinas e exames laboratoriais obrigatórios.





Parágrafo único. A validade dos laudos de exames laboratoriais negativos para doenças especificadas será de no mínimo 6 (seis) meses.

Art. 7º Será estabelecido sistema de rastreamento para monitoramento do trânsito dos animais com Passaporte Equestre.

Art. 8º Fica autorizada a cobrança de taxa para emissão e revalidação do Passaporte Equestre.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

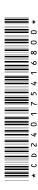
JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem como objetivo instituir o "Passaporte Equestre", um documento inovador e estratégico, destinado a substituir a Guia de Transporte Animal (GTA) e demais documentos relacionados, para o trânsito e a regularização fiscal de equídeos. Esta iniciativa configura-se como um avanço significativo nos âmbitos agropecuário e de transporte animal, facilitando e incentivando o emprego de equinos, asininos e muares em atividades culturais, desportivas, de lazer, turísticas, de trabalho rural, de policiamento ou de auxílio em atividades terapêuticas.

É notório que a mobilidade dos animais constitui um vetor crítico na propagação de doenças infectocontagiosas. Neste contexto, o Passaporte Equestre emerge como uma oportuna ferramenta para o controle dessas enfermidades, ao promover uma vigilância epidemiológica mais efetiva e proativa. Ao unificar informações relativas à origem, destino, condições sanitárias e histórico médico dos animais em um único documento, otimizamos o monitoramento e a rastreabilidade, aspectos cruciais na prevenção e no combate a tais doenças.

Ademais, a simplificação do processo burocrático para o transporte de animais, viabilizada pelo Passaporte Equestre, fomenta uma maior adesão dos proprietários às normas de registro e atualização de dados junto aos órgãos competentes. Nesse sentido, a inclusão da opção de um Passaporte Equestre em formato digital é mais um importante passo rumo à modernização e inovação no setor.





a s, e

Tais medidas não somente intensificam a eficiência da fiscalização, mas também aliviam a carga administrativa sobre os proprietários, que frequentemente enfrentam obstáculos na obtenção e manutenção de múltiplos documentos.

Com a finalidade de possibilitar a compensação das despesas governamentais relacionadas à execução do disposto no projeto de lei, confere-se autorização para a cobrança de taxa relativa à emissão ou revalidação do documento, respeitando-se, assim a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Passaporte Equestre, sendo uma medida facultativa, apresenta-se como uma alternativa mais eficiente e informativa em comparação ao sistema vigente. Ele constitui um avanço significativo na modernização da gestão de saúde animal no País, assegurando a sanidade animal e a agilidade requerida para o trânsito de animais.

Portanto, diante dos inegáveis e expressivos benefícios que esta proposição oferece ao setor agropecuário, à saúde animal e à economia nacional, solicito aos ilustres parlamentares o apoio para a aprovação deste projeto de lei de suma importância.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO



